

Relatório Palavras Indígenas

Para saber mais acesse: www.palavrasindigenas.com.br

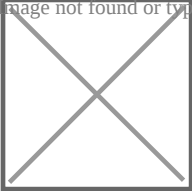
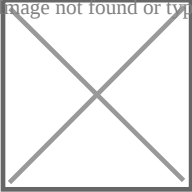
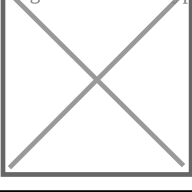
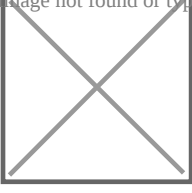
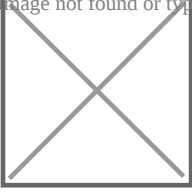
Imagem	Povo	Observação
	Baniwa	s Baniwa vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela, em aldeias localizadas às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Aiari e Cubate, as comunidades no Alto Rio Negro/Guainia e nos centros urbanos de São Gabriel, Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM). Já os Kuripako, que falam um dialeto em língua baniwa, vivem na Colômbia e no Alto Içana (Brasil). Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa
	Bare e Werekena	Os índios Baré e Werekena (ou Warekena) vivem principalmente ao longo do alto curso do Rio Negro, para onde grande parte deles migrou compulsoriamente em razão do contato com os não-índios, cuja história foi marcada pela violência e exploração do trabalho extrativista. Oriundos da família linguística aruak, hoje falam uma língua franca, o nheengatu, difundida pelos carmelitas no período colonial. Integram a área cultural conhecida como Noroeste Amazônico. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bar%C3%A9
	Guaraní	
	Kaingang	O contato dos Kaingang com a sociedade envolvente teve início no final do século XVIII e efetivou-se em meados do século XIX, quando os primeiros chefes potiguar tradicionais (Põ'í ou Rekakê) aceitaram aliar-se aos conquistadores brancos (Fregueses), transformando-se em capitães. Esses capitães foram fundamentais na pacificação de dezenas de grupos arredios que foram vencidos entre 1840 e 1930. Entre os desdobramentos dessa história, destacam-se o processo de expropriação e acirramento de conflitos, não apenas com os invasores de seus territórios, mas intragrupo, uma vez que o faccionalismo característico dos grupos jê foi potencializado pelo contato. Os Kaingang vivem em mais de 30 Terras Indígenas que representam pequena parcela de seus territórios tradicionais. Por estarem distribuídas em quatro estados, a situação das comunidades apresenta as mais variadas condições. Em alguns casos, contudo, sua estrutura social e princípios cosmológicos continuam vigorando, sempre atualizados pelas diferentes conjunturas pelas quais vêm passando. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang
	Kambeba	Os Kambeba – também conhecidos como Omágua, principalmente no Peru – configuram um dos casos de grupos que, na Amazônia brasileira, deixaram de ser identificados como indígena em razão da violência e discriminação de frentes não indígenas na região desde meados do século XVIII. Foi com o crescimento do movimento indígena a partir da década de 1980, particularmente com o reconhecimento dos direitos indígenas pela Constituição de 1988 e a multiplicação das organizações indígenas, que os Kambeba passaram novamente a se afirmar como índios e a lutar pelas causas indígenas. Desde então, têm assumido uma posição destacada na região por sua grande capacidade de negociação e articulação política com outros grupos indígenas e com agências governamentais e não-governamentais, religiosas e leigas da sociedade envolvente. Fonte https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kambeba

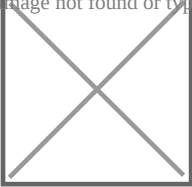
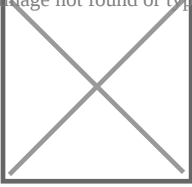
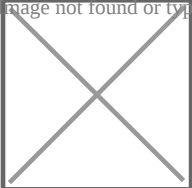
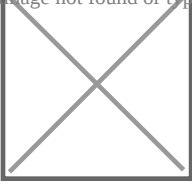
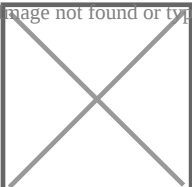
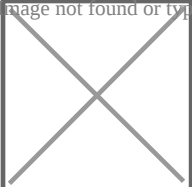
Imagem	Povo	Observação
	Kaxixó	O Capão do Zezinho, principal concentração do grupo, se localiza no município de Martinho Campos, na margem esquerda do Rio Pará, região centro-oeste de Minas Gerais, a 15 km do povoado de Ibitira, que por sua vez dista 180 km de Belo Horizonte.
	Krenak	Os Krenák ou Borun constituem-se nos últimos Botocudos do Leste, nome atribuído pelos portugueses no final do século XVIII aos grupos que usavam botoques auriculares e labiais. São conhecidos também por Aimorés, denominação dada por eles e por Grén ou Krén, sua auto-denominação. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak Foto: Acervo Plínio Ayrosa / USP
	Maxakali	Segundo o etnólogo Nimuendajú (1958), os remanescentes Maxakalí do vale do rio São Francisco em Minas Gerais se autodenominam Monacó bm. Entretanto, de acordo com o chefe de posto e grande conhecedor da língua, da organização social e da história do povo Maxakalí, Joaquim S. de Souza, eles se identificam como Kumanaxú. Por sua vez, Popovich (1992), profunda conhecedora da língua falada por eles, registra Tiká como o termo que adotam para si mesmos. fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Maxakali
	Pankararu	A exemplo de quase todos os grupos indígenas do Nordeste brasileiro, a história do povo Pankararu remete a políticas públicas e ação missionária implementadas desde a colonização portuguesa, que incluíam deslocamentos e aldeamentos forçados, impondo a convivência e a posterior indiferenciação de etnias diversas na região. Seus direitos fundiários não foram respeitados no reconhecimento oficial da Terra Indígena Pankararu. Apenas em 1999, depois de anos de reivindicação, o processo de abertura dessa terra foi iniciado, mas ainda não está concluído. Assim como os outros povos do Nordeste, o principal emblema da cultura Pankararu consiste no sistema ritualístico e no culto aos Encantados a ele associado.
	Pataxó	Os Pataxó vivem em diversas aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Há evidências de que a aldeia de Barra Velha existe há quase dois séculos e meio, desde 1767 (veja Histórico da ocupação). Em contato com os portugueses desde o século XVI e muitas vezes obrigados a esconder seus costumes, os Pataxó hoje se esforçam para avivar sua língua Patxohã e rituais "dos antigos" Awê.
	Pataxó Hã-hã-hãe	Em sua totalidade, os índios conhecidos sob o etnônimo englobante Pataxó Hã-hã-hãe abarcam, hoje, as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Karirí-Gueren. Habitantes da região sul da Bahia, o histórico do contato desses grupos com não-índigenas se caracterizou por expropriações, deslocamentos forçados, transmissão de doenças e assassinatos. A terra que lhes foi reservada pelo Estado em 1926 foi invadida e em grande parte convertida em fazendas particulares. Apenas a partir da década de 1980 teve início um lento e tortuoso processo de retomada dessas terras. O desfecho parece ainda longe, permanecendo a Reserva sub-judice.

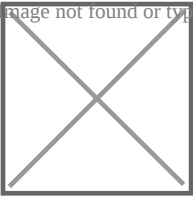
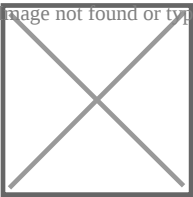
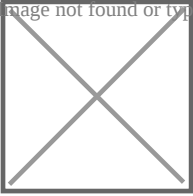
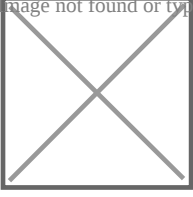
Imagem	Povo	Observação
	Rikbaktsa	Os Rikbaktsa, conhecidos como "Orelhas de Pau" ou "Canoeiros", tidos como guerreiros ferozes na década de 1960, enfrentaram um processo de depopulação resultou na morte de 75% de seu povo. Recuperados, ainda hoje impõem respeito à população regional por sua persistência na defesa de seus direitos, território e vida. Sua autodenominação - Rikbaktsa - significa "os seres humanos". Rik é humano; bak é um reforço de sentido e tsa é o sufixo para a forma plural. Regionalmente são chamados de Canoeiros, por referência à sua habilidade no manejo de canoas ou, mais raramente, de "Orelhas de Pau", pelo uso de enormes botoques de madeira caixeta, introduzidos nos lóbulos alargados das orelhas. Fonte: https://pib.socioambiental.org
	Sateré-Mawé	Autodenominam-se Sateré-Mawé. O primeiro nome - Sateré - quer dizer "lagaço de fogo", referência ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade. O segundo nome - Mawé - quer dizer "papagaio inteligente e curioso e não é designação clânica. Sateré-Mawé habitam a região do médio rio Amazonas, em duas terras indígenas denominadas TI Andirá-Marau, localizada na fronteira dos estados do Amazonas e Pará, que vem a ser o território original deste povo, e um pequeno grupo na TI Laranjal da etnia Munduruku. Os Sateré-Mawé também são encontrados morando em cidades de Barreirinha, Parintins, Maués, Nova Olinda do Norte e Manaus, todas situadas no estado do Amazonas. Inventores da cultura do guaraná, os Sateré-Mawé domesticaram a trepadeira silvestre e criaram o processo de beneficiamento da fruta possibilitando que hoje o guaraná seja conhecido e consumido no mundo inteiro. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9_Maw%C3%A9
	Suruí Paitér	Desde o contato oficial, em 1969, a aproximação com os não índios trouxe profundas mudanças sociais entre os Paitér. Estas, entretanto, não anularam sua índole guerreira que motivou a luta desse povo pelo reconhecimento e a integridade de seu território. Este, ao longo da história, foi terrivelmente ameaçado pela violência do Polonário, pela corrupção e omissão de órgãos governamentais, a invasão de moradores indevidos, a incidência de madeireiras e mineradoras. Lutando como podem contra essas adversidades, os Paitér procuram manter a vitalidade de suas tradições culturais. A sociedade é compreendida a partir de uma divisão em metades, de modo que os segmentos sociais, as atividades produtivas e a vida ritual constituem expressões de um dualismo entre a aldeia e a mata, a roça e a caça, o trabalho e a festa - sendo a troca de oferendas e os mutirões a elas associados os momentos culminantes do intercâmbio e da alternância entre essas metades. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Suru%C3%AD_Pa%C3%ADter
	Terena	O Mato Grosso do Sul abriga uma das maiores populações indígenas do país. Os Terena, por contarem com uma população bastante numerosa e manterem um contato intenso com a população regional, são o povo indígena cuja presença no estado revela de forma mais explícita, seja através das mulheres vendedoras nas ruas de Campo Grande ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente deslocam às destilarias para changa, o trabalho temporário nas fazendas e usinas de açúcar e álcool. Essa intensa participação no cotidiano sul-matogrossense favoreceu a atribuição aos Terena de estereótipos tais como “aculturados” e “índios urbanos”. As declarações servem para mascarar a resistência de um povo que, através dos séculos, luta para manter viva sua cultura, sabendo positivar situações adversas ligadas ao contato, além de mudanças bruscas na paisagem, ecológica e social, que o povo sofreu no período colonial e, em seguida, o Estado brasileiro os reservou. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena

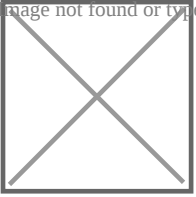
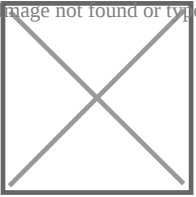
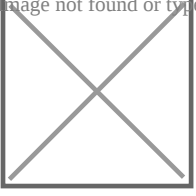
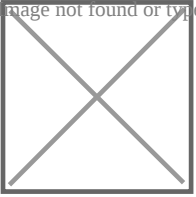
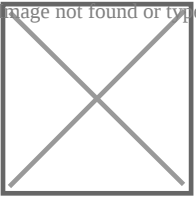
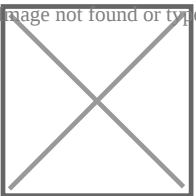
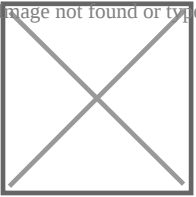
Imagem	Povo	Observação
	Tupinambá	Os Tupinambá de Olivença vivem na região de Mata Atlântica, no sul da Bahia. A área situa-se a 10 quilômetros ao norte da cidade de Ilhéus e se estende da costa marítima da vila de Olivença até a Serra das Trempes e a Serra do Padeiro. Em 2009, os Tupinambá de Olivença foram reconhecidos oficialmente como indígenas pela primeira fase de demarcação do seu território concluiu-se em abril de 2009 com a publicação do resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupinamb%C3%A1_de_Oliven%C3%A7a
	Tuxá	O povo Tuxá vive principalmente na cidade de Rodelas, em uma aldeia urbana com cerca de 60 casas. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em 1970, na Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. Quando a Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica. Com as mudanças tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas, um grupo vive nos limites dos municípios de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia, e outro à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil. “É desconhecida a filiação lingüística dos Tuxá, supondo-se que a sua língua original fosse uma língua isolada.” (Anaí, 1981)
	Xakriabá	As Terras Indígenas Xakriabá e Xakriabá Rancharia localizam-se no município de João das Missões, no norte de Minas Gerais. A Terra Indígena Xakriabá foi homologada em 1987, e posteriormente, em 2003, foi acrescentada em área com o nome de TI Xakriabá Rancharia. Língua: Identificados pelo Handbook of South American Indians como Jê, subdivisão Akwe, os Xakriabá também foram identificados pelo lingüista Aryon Dall'Igna Rodrigues como pertencentes ao tronco lingüístico Mawé, família Jê, e a língua Xakriabá como um dialeto de falantes da língua akwen. A organização política entre os grupos das terras baixas da América do Sul não se baseia em estruturas rígidas de poder, cristalizadas na figura de um chefe. Baseia-se em facções, com as quais compõe alianças nem sempre estáveis. A permanência na chefia depende, fundamentalmente, da capacidade e habilidade na construção de alianças com os representantes das várias facções, que, no caso em questão, se apresentam através dos líderes de aldeias, que formam o Conselho de Representantes. Toré é dançado no terreno, que fica no meio do mato. O terreiro é precedido de uma área onde fica a árvore sagrada, que define quem deve ou não ter acesso ao local. A árvore é um coqueiro de três galhas, visível somente àqueles que Yayá considera a visitarem o terreiro. O chão do terreiro é batido e limpo de toda vegetação, tem formato retangular e fica próximo às grutas, morada de Yayá. Numa de suas extremidades há um monte de pedras, onde se guardam os objetos do ritual, inclusive os restos da comida sagrada com propriedades alucinógenas, jurema. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xakriab%C3%A1
	Xavante	Os Xavante tornaram-se famosos no Brasil em fins da década de 1940, com a campanha que o Estado Novo empreendeu para divulgar sua “Marcha para o Oeste”. A campanha promoveu a equipe do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) por seu trabalho de “pacificação dos Xavante.” No entanto, o grupo local que foi “pacificado” em 1946 constituía apenas um dentre os diversos grupos xavante que habitavam o Mato Grosso, região que o Estado brasileiro então procurava franquear à colonização e à expansão capitalista. Na versão Xavante, é importante notar, foram os “brancos” os “pacificados”. De meados da década de 1940 a meados da de 60, os xavante específicos estabeleceram relações pacíficas diversificadas com representantes da sociedade envolvente – representantes diferenciados entre si, incluindo equipes do SPI, missionários católicos e protestantes. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante

Imagem	Povo	Observação
	Xerente	Os 250 anos de contato dos Xerente com não-indígenas não afetaram sua identidade étnica. As rápidas e intensas transformações sociais, políticas e econômicas que a região na qual residem têm proporcionado a esse povo, não sem dificuldades, participação ativa nos processos decisórios que os envolvem. No olhar do futuro desenvolvimento econômico do Estado do Tocantins, os Xerente continuam a atuar por outras vias, o que possuem de mais tradicional: seu ethos guerreiro. Os Xerente autodenominados Akwe, formam com os Xavante (autodenominados A'we), de Mato Grosso, o ramo central das sociedades de língua Jê. Os Xacriabá, atualmente em Minas Gerais, e Acroás (extintos), também são considerados grupos deles aparentados lingüística e culturalmente. Segundo a versão mais aceita, o nome deles foi atribuído por não-índios, visando sua diferenciação dos demais Akwe, particularmente, em relação aos Xavante. Fonte: https://pib.socioambiental.org
	Xukuru-Kariri	O povo atualmente chamado Xukuru-Kariri tem esse nome devido ao convívio de etnias, Xukuru e Kariri, ambas presentes até hoje no nordeste brasileiro. "Os aldeamentos indígenas, sobretudo os do Nordeste, agrupavam em um único espaço múltiplas nações e tribos e no de Palmeira dos Índios eram majoritários os 'Xukuru' e grupos 'Cariris'. A origem Cariri era atribuída a vários grupos sobreviventes que se misturaram aos Wakóna e Carapotó nessa região alagoana. Os remanescentes ou Aconã da serra da Cafurna, em Palmeira dos Índios, atribuíam-se já em 1930 a 'Shucuru-Kariri.'" (Dória, 2008) A maioria dos Xukuru-Kariri vive na Terra Indígena Xukuru Kariri e na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, Alagoas. A TI está localizada. Em 2010, os Xukuru-Kariri somavam cerca de 2900 pessoas (Funasa, 2010).
	Yawalapiti	Os Yawalapiti vivem na porção sul do Parque Indígena do Xingu região que ficou conhecida como Alto Xingu, em que grupos falantes de diferentes línguas compartilham em grande medida um mesmo repertório cosmológico, com modos de vida semelhantes e articulados por trocas comerciais, casamentos e cerimônias entre aldeias. Enquanto informações gerais sobre o Alto Xingu estão na página dedicada ao Parque, esta seção relata aspectos da versão yawalapiti do mundo alto-xinguanês, como algumas especificidades desse grupo. Fonte: https://pib.socioambiental.org